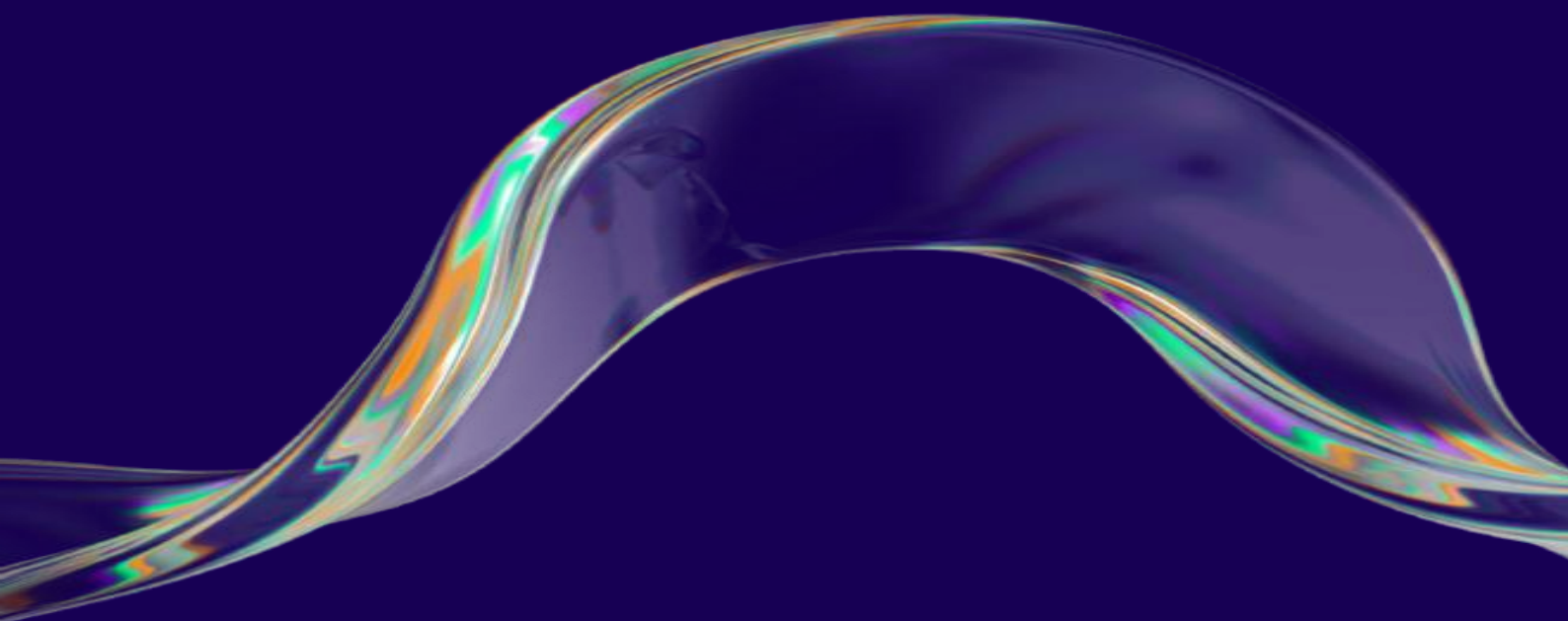


Ventus Holding de Energia Eólica LTDA.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de
dezembro de 2025**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa e da Empresa e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa a é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstração do resultado	3	
Demonstração do resultado abrangente	4	
Demonstração dos fluxos de caixa	5	
Balanco patrimonial	6	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7	
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais		
1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
5	Receita	11
6	Custos e despesas.....	12
7	Resultado financeiro líquido.....	13
8	Caixa e equivalentes de caixa	13
9	Aplicações financeiras	13
10	Fundo de liquidez – conta reserva	14
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	14
12	Contas a receber de clientes	15
13	Estoques	15
14	Investimentos	16
15	Imobilizado	17
16	Fornecedores.....	19
17	Provisões de ressarcimento	19
18	Provisões para litígios.....	20
19	Obrigações com desmobilização de ativos.....	21
20	Partes relacionadas	21
21	Imposto de renda e contribuição social	22
22	Patrimônio líquido.....	23
23	Instrumentos financeiros e gestão de risco	24

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	0 2024	2025	2024
Receita líquida	5	50.134	108.773	-	-
Custo com energia elétrica	6	(27.321)	(41.885)	-	-
Custo com operação	6	(53.760)	(58.427)	-	-
Lucro (prejuízo) bruto		(30.947)	8.461	-	-
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	6	(1.128)	(607)	(78)	(3)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(6.282)	(425)	2	(2)
		(7.410)	(1.032)	(76)	(5)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(38.357)	7.429	(76)	(5)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		-	-	(31.494)	8.966
		-	-	(31.494)	8.966
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		27.351	18.965	134	104
Despesas financeiras		(9.848)	(6.537)	(4)	(1)
		17.503	12.428	130	103
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(20.854)	19.857	(31.440)	9.064
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	21	(10.596)	(12.839)	(10)	(16)
Diferidos	21	-	2.030	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(31.450)	9.048	(31.450)	9.048

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(31.450)	9.048	(31.450)	9.048
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(31.450)	9.048	(31.450)	9.048

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(20.854)	19.857	(31.440)	9.064
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	14(a)	-	-	31.494	(8.966)
Juros e variações monetárias		(442)	-	-	-
Depreciação e amortização	6	29.341	27.653	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	760	101	-	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	114.625	63.665	-	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	7	6.927	2.117	-	-
Rendimentos sobre fundo de reserva		(1.321)	(1.078)	-	-
Ajuste a valor presente e atualizações monetárias sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	1.421	1.271	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	980	1.871	-	-
		131.437	115.457	54	98
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		11.900	(9.256)	-	-
Tributos a recuperar		5.572	(585)	(20)	6
Ressarcimento		-	9.031	-	-
Estoques		187	(1.705)	-	-
Partes relacionadas		(100)	536	-	-
Demais créditos e outros ativos		6.527	(5.278)	550	-
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		(6.464)	4.977	-	(17)
Tributos a recolher		(9.031)	(5.702)	(13)	(4)
Arrendamentos		-	(1.120)	-	-
Pagamento de ressarcimento	17(c)	(25.087)	(13.033)	-	-
Demais obrigações e outros passivos		1.429	(478)	4	(181)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		116.370	92.844	575	(98)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(980)	(1.871)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(5.440)	(9.068)	-	(11)
Imposto de renda e contribuição social restituídos		-	-	3	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		109.950	81.905	578	(109)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(37.078)	-	(199)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		1.613	1.548	-	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		(324)	(456)	-	-
Recebimento de dividendos		-	-	51.010	25.145
Aquisição de imobilizado e intangível		(36.350)	(38.236)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(72.139)	(37.144)	50.811	25.145
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de arrendamentos		(586)	(1.030)	-	-
Pagamento de dividendos		(51.496)	(24.963)	(51.496)	(24.963)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(52.082)	(25.993)	(51.496)	(24.963)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(14.271)	18.768	(107)	73
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		188.356	169.588	1.117	1.044
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		174.085	188.356	1.010	1.117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	174.085	188.356	1.010	1.117
Aplicações financeiras	9	37.520	-	199	-
Contas a receber de clientes	12	1.851	13.751	-	-
Estoques	13	9.023	9.210	-	-
Tributos a recuperar		6.495	3.584	19	-
Dividendos a receber	20	-	-	-	254
Partes relacionadas	20	100	-	-	-
Outros ativos		1.737	8.362	-	550
		<u>230.811</u>	<u>223.263</u>	<u>1.228</u>	<u>1.921</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	9.133	9.425	-	-
Cauções e depósitos judiciais		1.596	1.272	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	13.602	-	-
Tributos a recuperar		5.138	19	20	19
Outros ativos		98	-	-	-
		<u>15.965</u>	<u>24.318</u>	<u>20</u>	<u>19</u>
Investimentos	14	-	-	416.918	499.168
Imobilizado	15	503.698	487.597	-	-
Intangível		2.213	156	-	-
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		7.373	8.193	-	-
		<u>513.284</u>	<u>495.946</u>	<u>416.918</u>	<u>499.168</u>
Total do ativo		<u>760.060</u>	<u>743.527</u>	<u>418.166</u>	<u>501.108</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	7.733	14.618	-	-
Arrendamentos		649	586	-	-
Tributos a recolher		828	4.703	1	1
Dividendos a pagar	20	45	226	40	221
Provisão de ressarcimento	17	175.503	184.044	-	-
Provisões para litígios	18	41	-	-	-
Outros passivos		3.140	1.612	4	-
		<u>187.939</u>	<u>205.789</u>	<u>45</u>	<u>222</u>
Não circulante					
Arrendamentos		8.492	9.141	-	-
Obrigações com desmobilização de ativos	19	23.911	10.980	-	-
Provisão de ressarcimento	17	121.235	16.229	-	-
Provisões para litígios	18	362	-	-	-
Outros passivos		-	502	-	-
		<u>154.000</u>	<u>36.852</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do passivo		<u>341.939</u>	<u>242.641</u>	<u>45</u>	<u>222</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	22	432.763	432.763	432.763	432.763
Reserva de capital		(2.369)	(2.369)	(2.369)	(2.369)
Reservas de lucros		-	70.492	-	70.492
Prejuízos acumulados		(12.273)	-	(12.273)	-
Total do patrimônio líquido		<u>418.121</u>	<u>500.886</u>	<u>418.121</u>	<u>500.886</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>760.060</u>	<u>743.527</u>	<u>418.166</u>	<u>501.108</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reserva de lucros							Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reserva de Capital	Reserva de investimentos	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2024		432.763	-	(2.369)	84.350	634	-	-	-	515.378
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	9.048	9.048
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	9.048	9.048
Destinação do resultado do exercício										
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	-	-	8.867	-	-	-	(8.867)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22(c)	-	-	-	-	-	-	-	(181)	(181)
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	(23.359)	-	-	-	-	(23.359)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	(14.492)	-	-	-	(9.048)	(23.540)
Em 31 de dezembro de 2024		432.763	-	(2.369)	69.858	634	-	-	-	500.886
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(31.450)	(31.450)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(31.450)	(31.450)
Constituição de reserva de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do resultado do exercício										
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	(18.543)	(634)	-	-	19.177	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	(51.315)	-	-	-	-	(51.315)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	(69.858)	(634)	-	-	19.177	(51.315)
Em 31 de dezembro de 2025		432.763	-	(2.369)	-	-	-	-	(12.273)	418.121

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

A Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. ("Empresa"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 13 de abril de 2020. A Empresa tem por objeto social a participação em outras sociedades no país, como sócio quotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados à exploração do ramo de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

A Empresa é controlada diretamente pela Guaimbê Solar Holding S.A. ("Guaimbê Holding") e indiretamente pela Auren Operações S.A. ("Auren Operações") e pela Auren Energia S.A.

A Empresa explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado do Rio Grande do Norte, as quais compõem o complexo eólico Ventus, com capacidade instalada total de 186 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Empresa e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Brasventos Eolo	963/2010	58	13/12/10	12/12/45
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Brasventos Miassaba	740/2010	68	20/08/10	19/08/45
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Rei dos Ventos	964/2010	60	13/12/10	12/12/45
Total			186		

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Empresa na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 30 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Empresa.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Empresa e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Empresa consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Empresa são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração eólica
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração eólica
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração eólica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Empresa e suas controladas em 2025

A Empresa e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa e suas controladas. A Empresa e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Empresa e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Empresa e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Empresa e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
14	Investimentos
15	Imobilizado
17	Provisões de ressarcimento
19	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Empresa seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Empresa (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Empresa são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em Leilões de Energia de Reserva (“LER”).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	Consolidado 2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia de Reserva (LER)		167.723	175.559
Partes relacionadas	20(a)	-	1.738
Provisão de ressarcimento	17(c)	(114.625)	(63.665)
Energia de curto prazo – CCEE		4	-
		<u>53.102</u>	<u>113.632</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.986)	(4.026)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(982)	(833)
		<u>(2.968)</u>	<u>(4.859)</u>
Receita líquida		<u>50.134</u>	<u>108.773</u>

6 Custos e despesas

						2025	Consolidado 2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		Total	Total
Energia comprada	(321)	-	-	-		(321)	(17.143)
Encargos de uso da rede elétrica	(27.000)	-	-	-		(27.000)	(24.742)
Depreciação e amortização	-	(28.748)	(593)	-		(29.341)	(27.653)
Materiais	-	(1.593)	(49)	-		(1.642)	(3.915)
Materiais	-	(1.593)	(49)	-		(1.642)	(3.915)
Serviços	-	(18.871)	(401)	-		(19.272)	(23.199)
Serviços de operação e manutenção	-	(15.397)	-	-		(15.397)	(17.601)
Serviços de terceiros	-	(3.474)	(401)	-		(3.875)	(5.598)
Outros	-	(4.548)	(85)	-		(4.633)	(4.166)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.375)	-	-		(1.375)	(300)
Seguros	-	(2.585)	-	-		(2.585)	(3.651)
Impostos, taxas e contribuições	-	(419)	(38)	-		(457)	(195)
Outros custos e despesas líquidas	-	(169)	(47)	-		(216)	(20)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	(6.282)		(6.282)	(526)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(760)		(760)	(101)
Processos judiciais	-	-	-	(423)		(423)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(5.099)		(5.099)	(425)
	<u>(27.321)</u>	<u>(53.760)</u>	<u>(1.128)</u>	<u>(6.282)</u>		<u>(88.491)</u>	<u>(101.344)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		25.696	16.718	141	107
Juros sobre ativos financeiros		331	1.172	-	2
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(30)	(5)	(7)	(5)
Realização da atualização monetária do ressarcimento		1.251	-	-	-
Outras receitas financeiras		103	1.080	-	-
		<u>27.351</u>	<u>18.965</u>	<u>134</u>	<u>104</u>
Despesas financeiras					
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	17(c)	(6.927)	(2.117)	-	-
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(10)	-	(4)	-
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	19(a)	(1.421)	(1.271)	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(980)	(1.871)	-	-
Outras despesas financeiras		(510)	(1.278)	-	(1)
		<u>(9.848)</u>	<u>(6.537)</u>	<u>(4)</u>	<u>(1)</u>
		<u>17.503</u>	<u>12.428</u>	<u>130</u>	<u>103</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 98,96% do CDI (90,61% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	400	971	88	215
	<u>400</u>	<u>971</u>	<u>88</u>	<u>215</u>
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	173.685	187.385	922	902
	<u>173.685</u>	<u>187.385</u>	<u>922</u>	<u>902</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>174.085</u>	<u>188.356</u>	<u>1.010</u>	<u>1.117</u>

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, majoritariamente, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 99,39% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	37.520	-	199	-
	37.520	-	199	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 96,93% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)				
Não circulante	9.133	9.425	-	-
	9.133	9.425	-	-

- (i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	220.738	197.781	1.209	1.117
	220.738	197.781	1.209	1.117

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes**Política contábil**

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Empresa. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Empresa analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Empresa, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Leilão de Energia Nova (LEN)	1.851	13.751	-	-
Partes relacionadas (Nota 20)	100	-	-	-
	1.951	13.751	-	-

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	1.951	13.751	-	-
	1.951	13.751	-	-

13 Estoques

Os estoques são compostos principalmente por peças de reposição e materiais utilizados na manutenção do parque eólico, mensurados pelo seu custo de aquisição no reconhecimento inicial e avaliados com base no “preço médio de estoque”.

O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 9.023 (R\$ 9.210 em 31 de dezembro de 2024).

14 Investimentos**Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	Saldo		2025	2024
					2025	2024		
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial					2025	2024	2025	2024
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	128.860	(15.822)	100,00	100,00	(15.822)	(3.865)	128.860	144.117
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	162.600	(1.824)	100,00	100,00	(1.824)	4.747	162.600	167.816
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	125.458	(13.848)	100,00	100,00	(13.848)	8.084	125.458	187.235
					(31.494)	8.966	416.918	499.168

(b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	499.168	513.873
Equivalência patrimonial	(31.494)	8.966
Dividendos intermediários	(50.756)	(23.671)
Saldo no final do exercício	416.918	499.168

15 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Empresa e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Empresa e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (vide nota 19 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Empresa e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

							Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício								
Custo	585.217	166.247	9.235	310	1.225	50.587	812.821	777.237
Depreciação acumulada	(255.238)	(67.884)	(1.649)	(115)	(338)	-	(325.224)	(299.119)
Saldo líquido no início do exercício	<u>329.979</u>	<u>98.363</u>	<u>7.586</u>	<u>195</u>	<u>887</u>	<u>50.587</u>	<u>487.597</u>	<u>478.118</u>
Adições	-	-	-	-	-	35.891	35.891	38.236
Baixas	(713)	-	-	-	-	-	(713)	(199)
Depreciação	(22.851)	(4.774)	(616)	(27)	(175)	-	(28.443)	(26.105)
Remensurações (Nota 19) (i)	-	-	11.510	-	-	-	11.510	-
Transferências (ii)	45.088	240	-	82	-	(47.554)	(2.144)	(2.453)
Saldo no final do exercício	<u>351.503</u>	<u>93.829</u>	<u>18.480</u>	<u>250</u>	<u>712</u>	<u>38.924</u>	<u>503.698</u>	<u>487.597</u>
Custo	629.592	166.487	20.745	392	1.225	38.924	857.365	812.821
Depreciação acumulada	(278.089)	(72.658)	(2.265)	(142)	(513)	-	(353.667)	(325.224)
Saldo líquido no final do exercício	<u>351.503</u>	<u>93.829</u>	<u>18.480</u>	<u>250</u>	<u>712</u>	<u>38.924</u>	<u>503.698</u>	<u>487.597</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00	14,00			

- (i) A As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 36.350. A diferença no montante de R\$ 459 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 11.510 (Nota 19), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos.
- (iv) O montante de (R\$ 2.144) corresponde a transferência da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível, relacionados à softwares.

16 Fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	7.733	14.618
	7.733	14.618

17 Provisões de ressarcimento**Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A Administração da Empresa entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de até 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

(c) Composição e movimentação

	Consolidado			
	2025	2024		
	Anual	Quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	173.990	26.283	200.273	147.524
Provisão (reversão)	140.908	(26.283)	114.625	63.665
Pagamentos (i)	(25.087)	-	(25.087)	(13.033)
Atualização monetária (Nota 7)	6.927	-	6.927	2.117
Saldo no final do exercício	296.738	-	296.738	200.273
Circulante	175.503	-	175.503	184.044
Não Circulante	121.235	-	121.235	16.229
	296.738	-	296.738	200.273

- (i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado “provisório” do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE divulgou o Comunicado 372/2025 estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos associados ao *constrained-off* para usinas eólicas, referente ao período “definitivo”, que ocorrerão de julho de 2025 a dezembro de 2026. Desta forma, a Empresa reclassificou os montantes vincendos acima de 12 meses para o passivo não circulante.

18 Provisões para litígios**Política contábil**

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem processos de natureza cível e trabalhista com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 362 e R\$41.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possui processos de natureza cível com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 116.

19 Obrigações com desmobilização de ativos

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Empresa.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2025	2024
Saldo no início do exercício	54.769	(43.789)	10.980	9.709
Atualizações monetárias (Nota 7)	931	-	931	1.271
Remensuração (Nota 15) (i)	19.815	(8.305)	11.510	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	490	490	-
Saldo no final do exercício	75.515	(51.604)	23.911	10.980
Não circulante	75.515	(51.604)	23.911	10.980
	75.515	(51.604)	23.911	10.980

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos. Os custos estimados passaram a ser atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de forma mais adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas associadas às projeções de longo prazo. O saldo do passivo foi descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem prêmio de risco. Essa atualização resultou na redução da taxa de desconto aplicada e, conseqüentemente, no aumento do valor do passivo de desmobilização de ativos.

20 Partes relacionadas**Política contábil**

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Empresa possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Empresa não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Consolidado

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Vendas	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 12(a))						
Auren Operações S.A.	-	-	-	-	-	1.738
Central Eólica São Jorge S.A.	45	-	-	-	-	-
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	33	-	-	-	-	-
Central Eólica São Cristóvão S.A.	22	-	-	-	-	-
	100	-	-	-	-	1.738
Dividendos a pagar						
Auren Operações S.A.	-	-	45	45	-	-
Guaimbê Solar Holding S.A.	-	-	-	181	-	-
	-	-	45	226	-	-
	100	-	45	226	-	1.738

(b) Controladora

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos a receber				
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	-	11	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	-	153	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	-	90	-	-
	-	254	-	-
Dividendos a pagar				
Auren Operações S.A.	-	-	40	40
Guaimbê Solar Holding S.A.	-	-	-	181
	-	-	40	221
	-	254	40	221

21 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Empresa optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Empresa com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Empresa também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora	
	2025	2024

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(31.440)	9.064
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	10.690	(3.082)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	(10.708)	3.048
Incentivo fiscal	5	
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	3	10
Outras adições permanentes, líquidas		8
IRPJ e CSLL apurados	(10)	(16)
Correntes	(10)	(16)
IRPJ e CSLL no resultado	(10)	(16)

	Consolidado			
	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	53.103	53.103	27.241	27.241
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	4.248	6.372	27.241	27.241
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	812	513	6.810	2.451

	Consolidado			
	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	176.237	176.237	21.959	21.959
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	14.099	21.148	21.959	21.959
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL corrente	3.453	1.904	5.490	1.976
Diferido	(1.318)	(712)	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	2.135	1.192	5.490	1.976

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social integralizado da Empresa é de R\$ 432.763, composto por 432.763.095 quotas.

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Empresa apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

(c) Distribuição de lucros

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 2% do lucro líquido do exercício, somente é provisionado na data de aprovação pelos Diretores. Quando a Empresa apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa auferiu prejuízo de R\$ 31.450, o qual foi integralmente destinado à rubrica de “Prejuízos acumulados”.

23 Instrumentos financeiros e gestão de risco

23.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível I	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		1.851	13.751	-	-
Partes relacionadas (Nota 20)		100	-	-	-
Cauções e depósitos judiciais		1.596	1.272	-	-
		<u>3.547</u>	<u>15.023</u>		
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	173.685	187.385	922	902
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	37.520	-	199	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i) (Nota 10)	1	9.133	9.425	-	-
		<u>220.338</u>	<u>196.810</u>	<u>1.121</u>	<u>902</u>
		<u>223.885</u>	<u>211.833</u>	<u>1.121</u>	<u>902</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 16)		7.733	14.618	-	-
Arrendamentos		9.141	9.727	-	-
Dividendos a pagar (Nota 20)		45	226	40	221
Provisão de Ressarcimento (Nota 17)		296.738	200.273	-	-
		<u>313.657</u>	<u>224.844</u>	<u>40</u>	<u>221</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Empresa e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

23.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Empresa e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Empresa e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Empresa e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Empresa e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	7.733	-	-	-	7.733
Arrendamentos (i)	1.566	4.697	7.828	6.262	20.353
Dividendos a pagar	45	-	-	-	45
	9.344	4.697	7.828	6.262	28.131
Fornecedores	14.618	-	-	-	14.618
Arrendamentos (i)	615	680	3.518	5.314	10.127
Dividendos a pagar	226	-	-	-	226
	15.459	680	3.518	5.314	24.971

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Empresa são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Empresa estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Empresa e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Empresa consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Empresa possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Empresa.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Empresa, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa e de suas controladas decorre de contratos operacionais. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Empresa e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Empresa e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

23.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	220.338	-72,92bps*	(1.606)	(8.208)	(16.415)	8.208	16.415

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	1.121	-72,92bps*	(8)	(42)	(84)	42	84

* bps - *basis points*